



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.ª SL

Aos 07 dias do mês de março de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*
2. - *Discussão e votação das atas n.ºs 104 e 105, respetivamente de 21 e 28 de fevereiro;*
3. - *Especialidade do Projeto de Lei n.º 766/XIII/3.ª (PCP) - que «Estabelece a obrigatoriedade de procedimento concursal para recrutamento dos médicos internos que concluíram com aproveitamento a formação específica» - Definição da metodologia de trabalho;*
4. - *Outros assuntos.*

10:30 - Audição da Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro para prestar esclarecimentos sobre «um conjunto de disposições para a implementação de resposta a situações de emergência nas áreas de queimados até 2020» - a requerimento do PSD;

11:30 - Audição do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra para prestar esclarecimentos sobre «um conjunto de disposições para a implementação de resposta a situações de emergência nas áreas de queimados até 2020» - a requerimento do PSD.

1. - Informações

O Presidente informou que o Deputado João Dias, do PCP, passará a integrar a Comissão de Saúde, na qualidade de suplente, em substituição do Deputado João Ramos. Saliou que, conforme consta da súmula da Conferência de Líderes de 7 de fevereiro, as faltas dos Deputados, quando justificadas apenas «por trabalho político» sem o descrever, terão de ser visadas pelo respetivo líder parlamentar. Deu ainda conta de que na próxima 3.ª feira, dia 13 de março, irá receber em audiência um conjunto de entidades, e disso dará conta na próxima reunião da Comissão. Sobre a Petição n.º 307 XIII (2.ª), disse que o Relatório Final será agendado para a próxima reunião. Recordou que numa reunião anterior leu uma informação que analisa a questão das assinaturas entregues fora de prazo, que considera não preencherem os requisitos necessários para serem aceites como assinaturas aderentes à Petição 307



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.^a SL

XIII (2.^a), tendo a Petição de ser tratada como individual. Nenhum grupo parlamentar manifestou oposição a este entendimento. Deu nota de que o Colóquio sobre Oncologia se realizará no dia 8 de maio, devendo ser novamente distribuído a todos o programa para fazer os acertos finais.

Sobre este assunto, a Deputada Isabel Galriça Neto reiterou a sua preocupação com o facto deste processo se estar a arrastar, congratulando-se com a sua definição na próxima semana.

2. - Discussão e votação das atas n.ºs 104 e 105, respetivamente de 21 e 28 de fevereiro

As atas n.ºs 104 e 105, respetivamente de 21 e 28 de fevereiro foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. - Especialidade do Projeto de Lei n.º 766/XIII/3.^a (PCP) - que «Estabelece a obrigatoriedade de procedimento concursal para recrutamento dos médicos internos que concluíram com aproveitamento a formação específica» - Definição da metodologia de trabalho

O Presidente informou que a discussão desta especialidade se deverá realizar em Comissão, uma vez que se trata de um processo legislativo que contém apenas quatro artigos.

A Deputada Carla Cruz referiu que os GP's devem dispor de um prazo para apresentarem as suas propostas de pedidos de parecer e de audição, posição reiterada pelos Deputados Cristóvão Simão Ribeiro e António Sales. A Deputada Isabel Galriça Neto, concordando com o que dito, frisou que neste momento é inoportável aos GP's mais pequenos a criação de mais um grupo de trabalho.

O Presidente pediu aos Grupos Parlamentares que apresentassem propostas até dia 12, sublinhando que se houver muitas propostas de audições pode ser inoportável realizá-las em Comissão.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o objetivo é não atrasar o processo, referindo a Deputada Carla Cruz que não tem nada a opor quanto à discussão do P.JL em Comissão, desde que seja feito um verdadeiro trabalho de especialidade.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.ª SL

10:30 - Audição da Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro para prestar esclarecimentos sobre «um conjunto de disposições para a implementação de resposta a situações de emergência nas áreas de queimados até 2020» - a requerimento do PSD

A Deputada Fátima Ramos apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição da Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro) para prestar esclarecimentos. Recorda que existe uma Unidade de Queimados no CHUC a precisar de remodelação e para a qual há um projeto novo integrado em articulação com os serviços de Cirurgia Plástica, Anestesiologia e Medicina Intensiva. Colocou questões à Presidente da ARS Centro, nomeadamente: se se sente confortável com o Despacho que nada refere para a região Centro, se o Pediátrico de Coimbra não foi incluído na Rede e se lhe vão ser retiradas camas, se a ARS tem algum plano de contingência e qual o reforço de meios técnicos para 2018.

O Deputado João Gouveia lembra que é de reconhecer que houve um Ministro da Saúde que considerou a Unidade de Queimados importante e com um significativo reforço de investimento. Decorrente de não estar contemplado o reforço de camas, o Ministro, aquando da audição regimental, na resposta a um conjunto de questões, esclareceu a situação, pelo que o quadro de desconforto com o Despacho terá ficado desmontado. Colocou questões sobre o montante do investimento na Unidade de Queimados e a regularização e realocização do investimento.

O Deputado Moisés Ferreira, a propósito do Despacho n.º 9496 /2017, perguntou se está previsto o encerramento de camas. A nível nacional, reconhece-se que há resposta no Hospital da Estefânia e como agora há a criação de uma Unidade no Norte, pergunta se haverá uma diminuição ou um reforço de resposta em cuidados pediátrico na região centro e, no caso de haver reforço, qual será a previsão do número de camas, bem como o reforço de camas para adultos.

A Deputada Isabel Galriça Neto perguntou se o investimento no CHUC se vai manter, qual o tipo de respostas e quais as garantias de contratação de recursos humanos necessários, e se, havendo um reforço no norte, em que hospital será e qual o montante.

A Deputada Carla Cruz pretende saber qual a resposta que é dada pelo Hospital Pediátrico de Coimbra, que atualmente só está a ser dada em Lisboa (Estefânia), o que implica falta de resposta de proximidade. Perguntou que implicações tem para a

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.ª SL

região centro a aplicação do Despacho n.º 9496, se haverá aumento ou diminuição de camas, qual o investimento que é preciso fazer e o que está a ser feito para cumprir o n.º 5 do Despacho. Recordou que, aquando dos incêndios de junho, o Presidente do CHUC disse prever investir nessa área.

A Presidente da ARS Centro, Rosa Reis Marques, que veio acompanhada pelo Vogal da ARS Centro, Mário Ruivo, começou por referir que o Despacho n.º 9496/2017, de 27 de outubro, não menciona qualquer possível encerramento de camas na região centro. Informou que o CHUC tem uma Unidade de Queimados em Celas que é dotada de 10 camas e que, tratando-se de uma estrutura envelhecida, dos anos 80, precisa ser reestruturada, não sendo necessários mais recursos humanos porque as camas ficariam num único espaço. Disse estar confortável com o Despacho, frisando que não haverá encerramento de camas de queimados, há requalificação na área de adultos e atualização das respostas na parte pediátrica, nomeadamente em equipamento. Disse ainda que há recursos humanos qualificados no SNS em termos médicos e de enfermagem, mas o CHUC também tem uma dotação de recursos humanos. Acrescentou que a taxa de ocupação das camas de queimados foi de 81% em 2017 e que as camas na região centro são suficientes.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Fátima Ramos, João Gouveia, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pela Presidente da ARS Centro, tendo o Presidente da Comissão agradecido a disponibilidade e os esclarecimentos, podendo o vídeo/gravação ser acedido [aqui](#).

11:30 - Audição do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra para prestar esclarecimentos sobre «um conjunto de disposições para a implementação de resposta a situações de emergência nas áreas de queimados até 2020» - a requerimento do PSD

A Deputada Fátima Ramos apresentou de novo o [requerimento](#) que solicita esta audição. Agradeceu a disponibilidade do Presidente do CA do CHUC em receber e ter prestado esclarecimentos aos Deputados do PSD, assim como todo o envolvimento do CHUC, sobretudo na altura dos incêndios. Analisando o Despacho receia que haja uma discriminação negativa para Coimbra, perguntando porque é que o Hospital entende criar uma Unidade dos Doentes Críticos e se tem condições para garantir que o investimento vá ocorrer. Perguntou ainda se a nova maternidade vai avançar.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.ª SL

O Deputado João Gouveia relevou o enquadramento da audição decorrente da publicação do Despacho, o qual gerou algum desconforto em Coimbra, temendo que não se concretizasse o atual reforço da resposta existente. Recordou que o Ministro da Saúde disse na Comissão que a estratégia para Coimbra nunca seria a diminuição do que quer que fosse. Assim, entende que haverá uma melhoria das condições do Hospital Pediátrico quer em equipamento quer em recursos humanos. Deu nota de que irá acompanhar os desenvolvimentos ocorridos nestas áreas.

O Deputado Moisés Ferreira afirmou que o BE não pode aceitar que haja diminuição do investimento público em Portugal e, no caso do CHUC, o reforço da resposta em todas as áreas. Tendo em conta que o Despacho refere a necessidade de criar camas de reserva a nível nacional e tendo em conta que existem 10 camas para adultos, perguntou qual é o investimento previsto e qual é a sua programação e calendarização e se há preservação da resposta no Pediátrico e qual é o investimento previsto.

A Deputada Isabel Galriça Neto manifestou a estima e reconhecimento pessoal pelo Professor Doutor Fernando Regateiro pelo trabalho desenvolvido e pela sua carreira de serviço público. Reiterou preocupação com a questão em apreço, e também pensa que é fundamental passar de um modelo reativo para um plano organizado e articulado com outras redes. Face a algumas preocupações manifestadas e, tendo em conta que já tinha sido anunciado investimento nessa área antes da publicação da Portaria, perguntou se vai haver reforço, designadamente de estruturas e de contratação de recursos humanos na rede de referênciação.

A Deputada Carla Cruz renovou a defesa da resposta pública também na área dos queimados, que deve ser distribuída pelo país seguindo o princípio da proximidade. A resposta aos queimados deve ser a de manter as 10 camas de adultos, perguntando se o CHUC as considera suficientes e qual deverá ser a reserva para situações excecionais. A ARS Centro referiu na audição anterior que no âmbito de um projeto de requalificação e de realocização seriam criadas 30 camas de cuidados intensivos de nível 2, perguntando se já está contemplada a afetação de recursos humanos para essas camas e para esse novo serviço, e se a não reprogramação dos fundos comunitários pode prejudicar esse investimento.

O Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Coimbra (CHUC), Fernando Regateiro, agradeceu a convocação para esclarecer o assunto. Começou por fazer um ponto global relativamente ao tratamento de queimados

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.ª SL

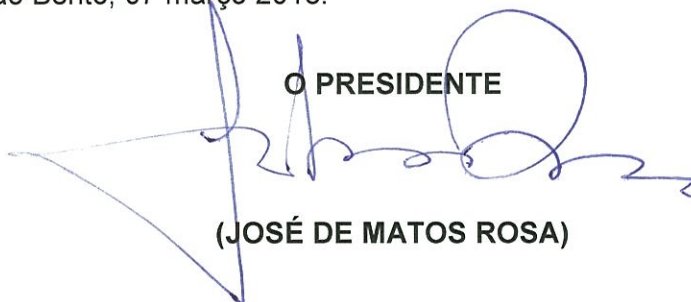
frisando que são doentes críticos, com exigências especiais e com altíssima diferenciação. Indicou que no seu mandato de 2007/2011 o plano diretor já contemplava a integração da resposta e na versão atual foi junta a questão dos queimados, que no plano funcional do CHUC já está contemplada a resposta de cuidados pediátricos e cuidados intensivos polivalentes pediátricos. Sobre a reprogramação 20-20 estão a trabalhar com a Comissão de Coordenação da Região Centro, a qual está ao corrente das necessidades do CHUC, sublinhando que a tutela conhece o projeto e suporta esta evolução da melhoria e de concentração da resposta. É preciso ter elasticidade e criar reservas de camas para ter resposta de nível 2 e rapidamente evoluir para camas de nível 3, declarando que as instalações a construir vão ficar preparadas para isso. Sobre as dotações de pessoal, estão a fazer estudos comparativos com outras unidades do país nomeadamente com o Hospital de S. João, mas no curto espaço de tempo não puderam ir mais além. Sublinhou que nunca concebeu que a resposta pediátrica em queimados em Coimbra estivesse em risco. Acrescentou que o CHUC é o Hospital que mais doentes padrão trata, cerca de 4700 doentes padrão a mais em resposta pública, e, particularmente nas áreas de cuidados queimados e de intensivos, dá uma boa resposta. Referiu que não quer precariedade nos profissionais, transformando os precários em contratos sem termo.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Fátima Ramos, João Gouveia, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pelo Professor Fernando Regateiro, tendo o Presidente da Comissão agradecido a disponibilidade e o esclarecimento do processo, podendo o vídeo/gravação ser acedido [aqui](#).

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o respetivo vídeo/gravação ser acedido [aqui](#).

Palácio de São Bento, 07 março 2018.

O PRESIDENTE



(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 106/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Gaiça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Maria Manuela Tender
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Graça
Miguel Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Luís Vales
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro

